



UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CAMPUS DE PALMAS
CURSO DE DIREITO

LUIS FERNANDO MENDES PINTO

**REPERCUSSÕES DA REFORMA TRABALHISTA NOS DIREITOS DE
GESTANTES E LACTANTES EM AMBIENTES INSALUBRES**

Palmas/TO
2021

LUIS FERNANDO MENDES PINTO

**REPERCUSSÕES DA REFORMA TRABALHISTA NOS DIREITOS DE
GESTANTES E LACTANTES EM AMBIENTES INSALUBRES**

Artigo foi avaliada(o) e apresentada (o) à UFT – Universidade Federal do Tocantins – Campus Universitário de Palmas, Curso de Direito, para obtenção do título de Bacharel e aprovada (o) em sua forma final pelo Orientador e pela Banca Examinadora.

Orientador: Dr. Aloísio Alencar Bolwerk

Palmas/TO
2021

<https://sistemas.uft.edu.br/ficha/>

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins

P659r Pinto, Luis Fernando Mendes.
REPERCUSSÕES DA REFORMA TRABALHISTA NOS DIREITOS DE
GESTANTES E LACTANTES EM AMBIENTES INSALUBRES. / Luis
Fernando Mendes Pinto. – Palmas, TO, 2021.
25 f.
Artigo de Graduação - Universidade Federal do Tocantins – Câmpus
Universitário de Palmas - Curso de Direito, 2021.
Orientador: Aloisio Alencar Bohwerk
1. Gestantes. 2. Lactantes. 3. Insalubridade. 4. Reforma Trabalhista. I.
Título

CDD 340

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer
forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte.
A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184
do Código Penal.

**Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os
dados fornecidos pelo(a) autor(a).**

FOLHA DE APROVAÇÃO

LUIS FERNANDO MENDES PINTO

REPERCUSSÕES DA REFORMA TRABALHISTA NOS DIREITOS DE GESTANTES E LACTANTES EM AMBIENTES INSALUBRES

Artigo foi avaliada(o) e apresentada (o) à UFT – Universidade Federal do Tocantins – Campus Universitário de Palmas, Curso de Direito para obtenção do título de Bacharel e aprovada (o) em sua forma final pelo Orientador e pela Banca Examinadora.

Data de aprovação: 05/08/2021

Banca Examinadora



Prof. Dr. Aloísio Bolwerk, UFT

Pp.:



Prof. Ms. Ana Patrícia Pimentel, UFT

Pp.:



Prof. Dra. Grazielle Cristina Lopes Ribeiro, UFT

Palmas - TO, 2021

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao meu professor orientador Dr. Aloísio Alencar Bolwerk pela oportunidade e pelas valiosas contribuições dadas durante todo o processo. Seus conhecimentos fizeram grande diferença no resultado deste trabalho.

A todos os meus professores do curso de Direito da Universidade Federal do Tocantins pela excelência e qualidade técnica de cada um.

RESUMO

O presente artigo teve como objetivo analisar a constitucionalidade das alterações na legislação promovidas pela Reforma Trabalhista no trabalho das gestantes e lactantes em ambientes insalubres, e relacionar as possíveis doenças causadas por esses ambientes. Para isso, realizou-se uma pesquisa exploratória e qualitativa, pesquisando a bibliografia e a jurisprudência a respeito do assunto, buscando percepções e entendimentos sobre a natureza geral dos objetivos desse trabalho. Verificou-se que a alteração no art. 394A da Consolidação das Leis do Trabalho é inconstitucional, pois viola vários artigos da Constituição Federal, além do princípio da proibição do retrocesso social. Foram também encontradas várias doenças e distúrbios relacionados ao trabalho de gestantes e lactantes em ambientes insalubres demonstrando não ser recomendado o trabalho dessas mulheres nesses ambientes.

Palavras-chaves: Gestantes. Lactantes. Insalubridade. Reforma Trabalhista.

ABSTRACT

This article aimed to analyze the constitutionality of changes in legislation promoted by the Labor Reform in the work of pregnant and breastfeeding women in unhealthy environments, and to relate the possible diseases caused by these environments. For this, an exploratory and qualitative research was carried out, researching the bibliography and jurisprudence on the subject, seeking insights and understandings about the general nature of the objectives of this work. It was found that the change in the art. 394A of the Consolidation of Labor Laws is unconstitutional, as it violates several articles of the Federal Constitution, in addition to the principle of prohibition of social retrogression. Several diseases and disorders related to the work of pregnant and breastfeeding women in unhealthy environments were also found, demonstrating that the work of these women in these environments is not recommended.

Key-words: Pregnant Woman. Breastfeeding Woman. Unhealthy Environment. Labor Reform.

LISTA DE SIGLAS

ADI	Ação Direta de Inconstitucionalidade
ARO	Agente de Risco Ocupacional
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
CF/88	Constituição Federal de 1988
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
MTP	Ministério do Trabalho e Previdência
NR	Norma Regulamentadora
OIT	Organização Internacional do Trabalho
STF	Supremo Tribunal Federal
SUS	Sistema Único de Saúde
UFT	Universidade Federal do Tocantins

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	10
2	CONSIDERAÇÕES JURÍDICAS SOBRE AS ATIVIDADES INSALUBRES E A INTERPRETACAO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL	11
2.1	DOENÇAS OCUPACIONAIS E SUA RELAÇÃO COM A INSALUBRIDADE.....	15
3	A REFORMA TRABALHISTA E AS IMPLICAÇÕES NOS DIREITOS SOCIAIS- LABORAIS DA GESTANTE E LACTANTE	17
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS	20
	REFERÊNCIAS	22